

**II Jornada de História para
discussão da BNCC**

(Base Nacional Comum Curricular)

22/02/2016

Relatório da Profª Ms Renata A. L. Lira
Escola Municipal Reverendo Martin Luther King (RJ)

II Jornada de História para discussão da BNCC

(Base Nacional Comum Curricular)

Apresentação

Em 16/09/2015, o Ministério da Educação (MEC) tornou pública a versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento define os conhecimentos e habilidades que devem ser aprendidos em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas. Até 15/03/2016, o site do MEC estará disponível para receber observações ao texto preliminar. (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>)

A necessidade de criação de uma Base Nacional Comum aparece na Constituição Federal Brasileira, Art. 210, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Artigo 26. Entretanto, muitas críticas têm sido feitas à forma como esta BNCC está estruturada e ao pouco debate público que envolveu a sua formulação, acompanhados da rigidez do calendário nacional, com prazos muito curtos que inviabilizam a participação de amplos setores da sociedade.

A I Jornada de História para discussão da BNCC foi organizada pela Anpuh Rio (Associação Nacional de Professores Universitários de História – Seção Rio de Janeiro) e ocorreu em 18/11/2015 no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro das 9h às 17h, com o objetivo de reunir conclusões a serem encaminhadas ao MEC como sugestões e críticas para a construção da BNCC. Participaram deste encontro professores das seguintes instituições: UFF, UFRJ, UFRRJ, PUC-Rio, UERJ, Fundação Getúlio Vargas, IFRJ, Colégio Pedro II, IUPERJ, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe).

Com base nos debates então realizados, foi elaborada a “Carta crítica da Anpuh-Rio à composição do componente curricular de História na Base Nacional Comum Curricular”, contendo questionamentos em consonância com a ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação) quanto à metodologia adotada pelo MEC para a consulta pública, na qual são permitidos apenas ajustes pontuais no documento preliminar, sem mudanças em seus fundamentos.

Nesta carta constam em resumo as seguintes solicitações: 1. Ampliação do prazo de discussão da BNCC e construção de um novo calendário nacional; 2. Alteração ou pelo menos ampliação da equipe de História da BNCC para garantir a interface entre a produção acadêmica e o ensino escolar; 3. Consideração da experiência do Pibid na elaboração e agenda da BNCC; 4. Estabelecimento de diálogo com outras instituições científicas, em especial das

Ciências Humanas, para formulação de documento comum acerca da BNCC a ser encaminhado ao MEC. Datada de dezembro de 2015, a carta foi assinada pela Prof^a Mônica Martins, Presidente da Anpuh-Rio.

Em oposição ao documento acima, foi elaborada a “Carta de apoio de professores à BNCC”, endereçada à Direção Nacional da Anpuh, e assinada por dezenove (19) professores universitários.

Já o Departamento de História da UFF elaborou uma “Moção de louvor para a Anpuh-Rio” na reunião ordinária de 9 de dezembro de 2015 por seu compromisso com a iniciativa na promoção do debate participativo e democrático sobre a BNCC.

> Links importantes:

- Carta crítica da Anpuh-Rio à composição do componente curricular de História na Base Nacional Comum Curricular: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3124-carta-critica-da-anpuh-rio-a-composicao-do-componente-curricular-historia-na-bncc>
- Carta de Apoio de professores à BNCC: <http://www.historia.uff.br/depto/bncc.php>
- “Moção de louvor para a Anpuh Rio”: <http://site.anpuh.org/index.php/mais-rj/noticias-rj/item/3224-mocao-de-louvor-para-a-anpuh-rio> e <http://www.historia.uff.br/depto/bncc.php>

Relato sobre a II Jornada de História para discussão da BNCC

O relato a seguir foi elaborado pela Profª Ms Renata A. L. Lira, da Escola Municipal Reverendo Martin Luther King (RJ), que assistiu à toda programação do evento.

II Jornada de História para discussão da BNCC

- Organização: Anpuh – Rio (Associação Nacional de História – Seção Rio de Janeiro)
Dia: 22/02/2016, 2ª feira.
Local: Universidade Veiga de Almeida (Campus Tijuca – RJ)
- Objetivo: atender à solicitação da Anpuh – Brasil para que as seções estaduais encaminhem discussões em âmbito estadual, a fim de levar questões para o Seminário Geral, que se realizará na sede da Associação entre os dias 29/02 e 01/03 de 2016, com o objetivo de elaborar um documento crítico a ser encaminhado à SEB/MEC (Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação) em nome da ANPUH Brasil. Sede da Anpuh Brasil: Universidade de São Paulo (USP) – Av. Prof. Lineu Prestes, 338. Sala N do Térreo do prédio de História e Geografia São Paulo – SP.

Cronograma:

- 9h: Abertura: Profª Mônica Martins (UFRRJ/Presidente da Anpuh – Rio) e palestra do Prof. Paulo Mello (UEPG/Anpuh – Brasil)
- 10h: Apresentação dos pareceres dos GTs (Grupos de Trabalho) da Anpuh sobre a BNCC
 - Grupo de Trabalho de História Antiga – Profª Adriene Baron Tacla (UFF)
 - GT Ensino de História e Educação – Prof. Fernando Penna (UFF)
 - GT Patrimônio Cultural – Profª Márcia Chuva (UNIRIO)
 - GT História da Educação – Prof. Washington Dener dos Santos Cunha (UERJ)
 - GT História da África – Profª Regiane Augusto de Mattos (Puc-Rio)
- 11h30: Espaço para debates
- 14h: Apresentação dos pareceres sobre a BNCC
 - GT Os índios na História – Profª Maria Regina Celestino (UFF)
 - Fórum de História Antiga e Medieval – Prof. Edmar Checon de Freitas (UFF)
 - Departamento de História do Colégio Pedro II – Profª Silvana Bandoli Vargas (CPII)
 - Observatório da BNCC–UFF – Profª Maria Verónica Secreto (UFF)
- 15h30: Espaço para debates

- Profª Mônica Martins (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/Presidente da Anpuh Rio)

A presidente informou que no dia 15 de março de 2016 a Anpuh Nacional vai entregar ao MEC uma proposta geral de reestruturação da BNCC de História, formada pela somatória das propostas das seções estaduais da Anpuh.

Fez a leitura da “Carta crítica da Anpuh-Rio à composição do componente curricular de História na Base Nacional Comum Curricular”, produzida com base nos debates e deliberações ocorridos na I Jornada de História para discussão da BNCC.

- Prof. Paulo Mello (Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG /Anpuh – Brasil)

Na caracterização do momento político contemporâneo, o professor destacou as manifestações públicas de grupos religiosos, organizadas em várias câmaras de vereadores e assembleias legislativas, contra a presença da “ideologia de gênero” nos currículos ou diretrizes curriculares. Também tratou do caráter anti-democrático de diversos projetos de lei oriundos do Movimento “Escola sem partido”, defendendo o combate à “contaminação político-ideológica nas escolas brasileiras”. Tais projetos de lei existem tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal, direcionados a todos os níveis, do ensino básico ao superior.

O palestrante estava presente nas manifestações de rua contra os desmandos do governador Beto Richa, do PSDB, no Paraná. Tratou da brutalidade deste governo, que mandou a Polícia Militar reprimir violentamente protestos dos professores que reivindicavam na Assembleia Legislativa contra a Reforma da Previdência.

Também citou o caso do Prof. Dr. Rafael Saddi, da Universidade Federal de Goiás (UFG), preso em fevereiro de 2016 pela Polícia Militar de Goiás, junto com dezenas de outros docentes, por se manifestar contra a presença das OS’s na educação. Os professores foram encarcerados sem água para beber. A Anpuh divulgou nota de repúdio à prisão do Prof. Rafael.

Paulo Mello informou que em São Paulo a proposta oficial é de eliminação das disciplinas de História, Geografia e Ciências em 3 anos do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

O professor ressaltou que a Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) defendeu a necessidade da proposta curricular partir “de baixo para cima”, quando o que está ocorrendo é o contrário.

Mello também tratou do desrespeito à autonomia pedagógica docente, manifesto em políticas públicas de diversos governos que usam critérios meritocráticos para obrigarem a utilização de materiais pedagógicos e a aplicação de provas externas.

Foi citado o exemplo da rede de educação do estado de São Paulo, onde o desempenho dos alunos nas provas externas implica em bônus salariais para os professores. Este é um exemplo de restrição à autonomia pedagógica e controle punitivo da atividade docente, pois tal sistema seleciona conteúdos obrigatórios de forma arbitrária, sem discussões prévias com o

conjunto de professores e pesquisadores universitários, e obriga os professores a ministrar tais conteúdos, punindo os docentes que não o fazem.

Paulo Mello defendeu a existência de um currículo mais aberto possível, que comprometa o professor com a construção curricular como um ato político, feito em sala de aula, que o professor seja de fato empoderado para construí-lo, de acordo com as demandas específicas do espaço onde atua. Para esta defesa, Mello citou uma parte das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) como um avanço legal contra a BNCC, visto que as DCNs, mais antigas que a BNCC, indicam a necessidade de elaboração de um Projeto Político Pedagógico (PPP) para cada escola com autonomia de cada unidade escolar para fazê-lo.

Links explicativos:

> Projeto “Escola sem partido” na Câmara dos Deputados:

http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3AFDD65B1A475D0B85FE2A43BE3D1331.proposicoesWeb1?codteor=1317168&filename=Avulso+-PL+867/2015

> Prisão do Prof. Rafael: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/02/os-nas-escolas-podem-virar-cabide-de-emprego-diz-professor-da-universidade-federal-de-goias-3809.html>

> Nota de repúdio da Anpuh à prisão do Prof. Rafael: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3304-nota-de-repudio-a-prisao-do-colega-e-prof-rafael-saddi-ufg>

> Nota da Anpuh Nacional sobre a BNCC: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3203-nota-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>

- Prof^a Adriene Baron Tacla (Universidade Federal Fluminense – UFF/GT de História Antiga)

Tacla citou a definição de História elaborada por Giovanni Levi: “ciência das perguntas gerais e das respostas particulares” para se opor à proposta geral da BNCC, que desrespeita as demandas de conhecimento específico de cada região, escola, espaço.

Defendeu a importância do estudo da História Antiga e Medieval – que foram eliminadas da BNCC – para a expansão de mentes, nos esforços para entender mais as diferenças do que as similaridades sócio-político-culturais.

Explicações e links importantes:

> A Prof^a Adriene Tacla produziu um manifesto junto com o Prof. Alexandre C. Lima intitulado “Um Manifesto pela História e pelas Experiências das Culturas da Antiguidade”, de profunda crítica aos fundamentos metodológicos da BNCC, do qual se destacou o trecho a seguir:

“(…) O conteúdo curricular da base trabalha somente com uma história nacional e, mesmo assim, de forma acanhada e simplória. As atuais abordagens na área de História do Brasil são ignoradas, e até mesmo se mantém uma visão ultrapassada da organização da economia brasileira nos períodos colonial e imperial, para citarmos apenas um exemplo. Fica, assim, evidente que o investimento das agências de fomento (CAPES, CNPq, FAPERJ e FAPESP, dentre outras) em pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em História, sobretudo das pesquisas feitas no âmbito dos programas de níveis 6 e 7 na avaliação da CAPES, não foram levados em consideração. O 'fosso' entre Pesquisa e Ensino não apenas permanece, mas se alargou. Isso é extremamente grave, pois estamos lidando aqui com investimentos públicos para a produção de conhecimento, que deveria ser empregado na formação de nossos jovens.

A proposta de História na BNCC não respeita o estudante, aliás, enxerga o (a) jovem como 'incapaz' de poder compreender experiências múltiplas e diversas ao longo da História da Humanidade.”

Manifesto na íntegra: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3123-manifesto-do-gtha-sobre-a-bncc>

- Prof. Fernando Penna (Universidade Federal Fluminense –UFF/ GT Ensino de História e Educação)

O professor Penna apresentou os apoios políticos e econômicos que sustentam a BNCC, citando as instituições privadas e governos que a apoiam, bem como as vertentes teóricas que fundamentam esta proposta.

Organizações de destaque que apoiam e sustentam esta proposta de BNCC são “Todos pela educação”, criado em 2006, e “Movimento todos pela base”, de 2013. O movimento “Todos pela educação” afirma que o principal objetivo de sua constituição é “consertar” a educação brasileira. Como uma instituição do MEC/Governo Federal, produziu documentos de metas e bandeiras para a educação nacional. Tem como mantenedores: Dpaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Gerdau, Instituto Unibanco,

Santander, Fundação Lemann, Instituto Natura, dentre outros, e como parceiros Rede Globo, Instituto Ayrton Senna, Editora Moderna, Editora Saraiva, Fundação Victor Civita, HSBC, Canal Futura e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), dentre outros.

Foram exibidas várias informações oficiais, presentes nos sites da Câmara dos Deputados e do MEC, revelando que nos últimos anos a Câmara dos Deputados e o Ministério da Educação financiaram viagens aos EUA para encontros promovidos pela Universidade de Yale e pela Fundação Lemann. Esses encontros fazem parte do programa “Liderando reformas educacionais”, que tem como objetivo apresentar o modelo educacional norte-americano, sintetizado na adoção do “*Commum core*” e avaliações externas, para ser copiado pelo Brasil. Mas, uma das teóricas desse modelo, que durante 20 anos o defendeu e implementou em seu país, Diane Ravitch, ex-secretária adjunta de Educação dos EUA e conselheira do governo George Bush, declarou publicamente a falência deste sistema. Segundo ela, em entrevista ao Jornal Estadão, “em vez de melhorar a educação, o sistema em vigor nos Estados Unidos está formando apenas alunos treinados para fazer uma avaliação.” Ravitch avaliou que a “ênfase em responsabilização do professor é danosa para a educação.”

Fernando Penna apresentou as 5 bandeiras do movimento “Todos pela educação”, mostrando como restringem a autonomia pedagógica e promovem a privatização da estrutura de ensino.

Links explicativos:

> Teoria educacional americana que fracassou nos EUA – entrevista de Diane Ravitch ao Estadão: <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-,589143>

> Ministro da Educação Cid Gomes em viagem pública para os EUA em 2015 para integrar o programa “Liderando reformas educacionais”:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36245>

> Projetos de Lei e Leis ligadas ao projeto educacional da BNCC:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=332457>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=452755>

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=567041>

- Profª Márcia Chuva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO/GT Patrimônio Cultural)

A professora defendeu a inserção da temática do patrimônio cultural material e imaterial nos currículos escolares em uma abordagem transversal e interdisciplinar.

Criticou a BNCC pelo formato e idéia de progressão, pela redução da autonomia dos sistemas escolares e pelos objetivos por etapas de escolarização. Questionou o abandono das referências em habilidades e competências, presentes nas orientações curriculares anteriores, para a orientação por conteúdos, característica da BNCC atual.

Quanto ao conceito de patrimônio brasileiro, a professora destacou a importância de se estudar abordagens históricas diferentes, de culturas distintas, para se produzir uma História do Brasil, América, África, Ásia, menos eurocêntrica. Somente através do conhecimento da diversidade de culturas e formas de organização social é possível distinguir o que de fato é característico de um povo, pois aquilo que é considerado “patrimônio brasileiro” pode ser apenas uma réplica de patrimônios culturais europeus, por exemplo, uma escolha feita com base em referências eurocêntricas. Conforme proposta na BNCC, a centralidade do estudo da História do Brasil, com o menosprezo das demais, desfavorece esta noção mais crítica e complexa do conceito de patrimônio, acabando por contribuir com o eurocentrismo, que é criticado na BNCC de História apenas teoricamente, uma vez que ela o reforça de forma objetiva.

Márcia Chuva defendeu a perspectiva de patrimônio como fruto de negociações e lutas históricas e não como algo dado a priori, de forma incontestável. Portanto, patrimônios culturais materiais e imateriais não são dados estanques, mas fruto de escolhas feitas com base em critérios variáveis, muitas vezes resultado de disputas ferrenhas. Não entender esses conflitos sociais que envolvem a noção de patrimônio é essencializar a cultura, outro erro cometido pela BNCC de História, conforme indicou a professora.

- Prof. Washington Dener dos Santos Cunha (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ/ GT História da Educação)

O professor tratou de sua experiência de mais de duas décadas como docente na Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro. Abordou a proletarização dos professores e o controle da atividade docente através de políticas públicas que restringem a autonomia pedagógica.

- Prof^a Regiane Augusto de Mattos (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc-Rio/ GT História da África)

Toda a sua fala foi resultado da reunião realizada entre os afiliados do GT.

Foi criticada a proposta de ensino de História da África presente na BNCC como profundamente eurocêntrica, pois delimitada cronologicamente pelos séculos XVI e XIX, caracterizados pela presença colonizadora européia.

A professora falou da importância de se abordar a História da África também fora da escravidão, dando relevância, por exemplo, a intensas relações econômicas estabelecidas desde a Antiguidade entre povos africanos e asiáticos.

Dados e links explicativos:

> Nota do GT de História da África da Anpuh Brasil e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a BNCC para o ensino de História – trecho selecionado:

“Ao excluir algumas temporalidades e privilegiar, por exemplo, os processos históricos localizados entre os séculos XVI e XIX, a proposta promove uma visão reducionista da História da África em duas dimensões relacionadas: geográfica e temática. De que África falaremos? Uma África muito específica, recortada geograficamente pelas relações estabelecidas por meio dos nexos com a História do Brasil, isto é, uma África restrita aos espaços de intervenção de portugueses e brasileiros e, notadamente, ao tema do tráfico de escravos.

As epistemologias africanas apontam que a produção do conhecimento histórico tem passado por um descentramento em relação aos centros hegemônicos. Em confronto com a episteme eurocêntrica, acenam para visões mais arejadas e sem os vícios das categorias ancoradas no paradigma do pensamento hegemônico. A base teórica dessa perspectiva está ancorada nos estudos que tratam da diversidade, pluralidade e diferença cultural. A urgência dos estudos sobre África serve não só para desfazer estereótipos e classificações arbitrárias de todo tipo, como associar a África unicamente à escravidão, como também deslocar o olhar para novas formas de produção do conhecimento histórico: anti-eurocêntrico, policêntrico, dialógico e antirracista. Estamos em um momento de abertura epistemológica propensa à polissemia de narrativas históricas, menos cartesiana e mais ansiosa por abordagens ancoradas em tradições filosóficas do sul global.

Assim, a subtração de conteúdos relacionados à “Antiguidade” e à “Idade Média” africana é bastante problemática. O fato positivo apresentado pela BNCC de romper com a periodização estruturada a partir da História da Europa não deveria implicar a subtração da história das sociedades africanas antes do século XVI. Com isso estamos transformando a História da

África, da mesma forma que a historiografia colonial fez, num apêndice da Europa e de suas histórias nacionais, pois ignora as interações históricas do continente africano realizada a partir do Índico, do Mar Vermelho, do Mediterrâneo. Com a atual proposta deixam-se de lado processos históricos importantes e as conexões históricas do continente africano com outras partes do mundo.”

Nota na íntegra: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associacao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>

- Espaço para debate – intervenções da platéia:
 - Destacou-se um traço característico desta BNCC, pautada em conteúdos e não habilidades e competências, o que favorece a constituição de provas nacionais posteriores, que sirvam para atender a padrões meritocráticos.
 - Foi proposto desmontar o eixo estrutural da BNCC centrado em objetivos fechados para série e anos específicos.
 - Questão-problema: tipo de cidadão esta BNCC vai formar?
 - Numa abordagem crítica, devem-se estabelecer relações entre a BNCC e os novos parâmetros curriculares mundiais que estruturam o Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA – *Programme for International Student Assessment*) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Dados e links explicativos:

> O PISA foi elaborado pela OCDE, que o lançou oficialmente em 1997. Mais de 70 países e economias participaram do PISA até agora e os inquéritos, que são dados a cada três anos, lhes permite acompanhar o progresso no cumprimento das metas de aprendizagem fundamentais. O PISA é a única pesquisa de educação internacional para medir os conhecimentos e habilidades dos alunos de 15 anos, uma idade em que os alunos na maioria dos países estão chegando ao fim do seu tempo obrigatório na escola.
<http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/pisafaq.htm>

- Profª Maria Regina Celestino (Universidade Federal Fluminense – UFF/ GT Os índios na História)

Professora que assinou a “Carta de apoio de professores à BNCC”, não fez críticas estruturais à proposta do MEC.

- Prof. Edmar Checon de Freitas (Universidade Federal Fluminense – UFF/Fórum de História Antiga e Medieval)

O referido coletivo produziu a “Carta de repúdio à BNCC produzida pelo Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval”. Parte dela é transcrita a seguir:

“(…) A Base, (…) limita a pluralidade dos passados ao partir da centralidade da ideia de nação. O sintoma mais claro disto é a omissão de temas relativos a passados distantes, cuja análise permitiria aos estudantes refletirem acerca de experiências diversas daquelas em que estão diretamente envolvidos, tanto cronológica quanto geograficamente. Dessa forma, é igualmente empobrecedora, por exemplo, a exclusão de História Antiga e Medieval, baseada na falsa assunção de que só é possível pensar a Antiguidade e o Medieval sob o ponto de vista eurocêntrico. É necessário colocar essas histórias em uma perspectiva mais ampla, que inclua experiências anteriores ao século XVI, tais como a dos povos nativos das Américas, da África e de outras sociedades, para desta maneira permitir a construção de narrativas que justamente questionem o eurocentrismo. O mesmo princípio se aplica à subordinação, à história nacional do Brasil, de temas ligados a temporalidades posteriores ao século XVI.

O enquadramento nacionalista do componente História da BNCC restringe os estudantes a uma narrativa histórica única. Por fim, cabe recordar, com o escritor Octavio Paz, que ‘a pluralidade de passados torna plausível a pluralidade de futuros’.”

> Link da “Carta de repúdio à BNCC produzida pelo Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval”: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3127-carta-de-repudio-a-bncc-produzida-pelo-forum-dos-profissionais-de-historia-antiga-e-medieval>

- Profª Silvana Bandoli Vargas (Departamento de História do Colégio Pedro II)

O Departamento de História do Colégio Pedro II, após reuniões deliberativas realizadas em todos os seus *campi* – Niterói, Caxias e Rio de Janeiro –, se manifestou em oposição integral à BNCC. Os professores alegaram que esta base apresenta franco desrespeito à autonomia pedagógica ao expropriar as competências do saber docente.

Tal decisão também se baseou no fato da BNCC de História representar um completo apagamento da História regional, quando o conhecimento do seu próprio passado, e da região onde se mora, é condição para uma construção identitária consistente, fundamental para a formação da cidadania. Destacaram a ausência de abordagens de gênero, étnico-raciais e de educação inclusiva na BNCC.

>Documento de repúdio à BNCC elaborado pelo Departamento de História do Colégio Pedro II:

[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usu%C3%A1rio/Meus%20documentos/Downloads/Documento%20BNCC%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usu%C3%A1rio/Meus%20documentos/Downloads/Documento%20BNCC%20(1).pdf)

- Prof^a Maria Verónica Secreto (Observatório da BNCC–UFF)

As falas realizadas pela professora expressaram debates e trabalhos teóricos elaborados pelo Observatório da qual ela é membro. Em crítica à BNCC, que em teoria se propõe a extinguir o eurocentrismo do ensino de História, a professora ressaltou que esta não é uma categoria territorial, mas metodológica. Portanto, focar o currículo no estudo da História do Brasil não garante uma abordagem não eurocêntrica. É possível se fazer História do Brasil eurocêntrica, assim como História da África e da América eurocêntricas, como é possível a construção da História da Europa de forma não eurocêntrica. É fundamental o estudo da pluralidade das experiências históricas humanas, em seus múltiplos tempos, espaços e aspectos, para que a tendência etnocêntrica – dentre a qual se destacou o eurocentrismo – não seja característica das abordagens.

Verónica Secreto apresentou a diacronia e sincronia como conceitos fundamentais do Ensino de História, as quais devem estar presentes desde o início do contato com esta disciplina, no 6º ano.

O Observatório elaborou uma complexa tabela contendo propostas de programas para abordagem do ensino de História em todos os anos do 2º segmento do Ensino Fundamental.

A proposta de elaboração de uma base nacional comum é prevista na Constituição Federal Brasileira, Art. 210, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN), Artigo 26. Entretanto, a forma como o MEC está conduzindo a elaboração da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) é alvo de diversas críticas.

Questiona-se o pouco debate público que envolveu a formulação da BNCC, acompanhado da rigidez do calendário nacional, que inviabiliza a participação de amplos setores da sociedade neste debate. Também há críticas quanto à estrutura desses documentos, que confundem “conteúdos” com “objetivos de aprendizagem”. Na organização da BNCC de cada disciplina, os itens curriculares são referenciados por códigos alfanuméricos, que facilitam o posterior controle de sua aplicação e punição dos docentes que não os implementarem. Além de restringir a autonomia pedagógica, isso cria condições para a responsabilização dos professores pelo fracasso do sistema escolar e já existe projeto de lei brasileiro prevendo esse tipo de criminalização (Câmara dos Deputados, PL 7420/06 – Lei de Responsabilidade Educacional). A baixa qualidade das propostas pedagógicas presentes na BNCC de História, que ignoram estudos e pesquisas universitários de relevância internacional, traz questões-problemas importantes:

1. Com a aprovação dessa BNCC, os conteúdos a serem ministrados na Educação Básica, por sua simplicidade e superficialidade, poderão ser ministrados por profissionais sem formação específica, então, para que servirão os cursos de licenciatura em História, e a erudição que deles provém?
2. Por que as Histórias Antiga e Medieval foram abolidas da BNCC?
3. Por que o foco quase exclusivo na História do Brasil?
4. Por que a metodologia adotada pelo MEC para a consulta pública permite apenas ajustes pontuais no documento preliminar, sem mudanças em seus fundamentos?
5. Com esta restrição pedagógica e cerceamento do saber docente, que tipo de cidadão e ser humano esta BNCC realmente pretende formar?

Diante desse panorama, são três os posicionamentos políticos adotados pelos professores universitários e de instituições federais:

1º. Professores que concordam com esta BNCC. Esta posição é provavelmente escolhida por aqueles que almejam ou já obtêm benefícios pessoais com esta defesa pública, como salários extras em consultorias de educação requeridas pelo MEC ou pelas diversas instituições privadas que apoiam esta reforma educacional através do movimento “Todos pela educação” como a Rede Globo, Fundações Roberto Marinho e Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, Fundação Bradesco, o Instituto Natura, dentre outros. Esses professores

também podem receber bolsas de estudo no exterior para participarem dos programas promovidos pela Universidade de Yale e pela Fundação Lemann e estudarem o sistema educacional norte americano, a servir de modelo para o Brasil. Além disso, educadores doutores que apoiam a BNCC podem também requerer para si a responsabilidade de elaborar os novos livros didáticos com este conteúdo reduzido, aferindo recursos através dos direitos autorais.

2º Professores que defendem adendos à BNCC. Posição representada por muitos associados da ANPUH. Acreditam que reuniões com o Ministro da Educação e a Secretaria de Educação Básica do MEC podem abrir mais espaço a críticas e mudanças substanciais no conteúdo da BNCC de História.

3º Professores que se opõem integralmente à BNCC. Posição adotada pela ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação), pelo Departamento de História do Colégio Pedro II, além de vários fóruns e GTs de pesquisa de História espalhados pelo Brasil. Grupo constituído por docentes que discordam da proposta educacional do “*Commum core*” e das avaliações externas. Dentre os projetos educacionais alternativos a este norte-americano estão os que visam formar seres humanos autônomos, capazes de explicar a política, a economia e a cultura da região onde vivem a partir da sua relação com as demais, em diferentes tempos e espaços; tudo isso conduzido pela ação deliberada dos sujeitos históricos. Projetos educacionais que visam formar seres humanos que entendam a História como resultada das lutas de classes que conduziram a revoluções, e estas a novas hegemonias. Portanto, seres humanos que compreendam a necessidade do conhecimento do passado para que no presente sejam construídas novas possibilidades de futuro.